

Eric Sabourin

*Agrônomo e sociólogo, pesquisador do Cirad Tera e da Universidade Federal da Paraíba.
sabourin@cirad.fr*

Ghislaine Duqué

Doutora em Sociologia, Professora do PPGS/UFPG-UFBB.

Edgard Malagodi

Dr. em Sociologia, Professor do PPGS/UFPG-UFBB.

NOVOS ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO: UMA VISÃO CRÍTICA DO PERÍODO 1997-2002

RESUMO

O artigo analisa a emergência de novos atores institucionais associados a novas funções do desenvolvimento rural oriundas dos processos de reformulação da intervenção do Estado na agricultura no Nordeste do Brasil, no período do governo Cardoso. Certas dessas funções são não mercantis e podem ser associadas ao reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais. A partir do acompanhamento de diversos projetos de apoio à agricultura familiar no Nordeste semi-árido, o artigo identifica complementaridades e conflitos entre as políticas públicas e as lógicas e práticas dos agricultores evidenciadas por meio da emergência de ações coletivas.

Palavras-chave: agricultura familiar, multifuncionalidade, políticas públicas, desenvolvimento local, organizações, ação coletiva, Nordeste.

NEW RURAL DEVELOPMENT ACTORS IN BRAZILIAN SEMI-ARID: A CRITICAL VIEW OF THE PERIOD FROM 1997 UNTIL 2002

ABSTRACT

This paper analyses the emergence of new institutional stakeholders linked to new functions of rural development in a context of globalisation and State intervention reform in the Northeast of Brazil. Some of these functions are non mercantile and can be associated to the recognition of the multifunctionality of agriculture and rural spaces. Based on the monitoring of several projects of support for family farming in the Semi-Arid Northeast region this work identify the synergy, as well as, the conflicts between public policies and peasant logic and practises. These practices and strategies are revealed by the emergence of collective actions promoted by the new institutional stakeholders.

Key-words: family farming, multifunctionality, public policies, local development, organisations, collective action, Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Até os últimos anos, em particular até a criação do PRONAF, em 1995, as principais políticas setoriais agrícolas e agro-industriais no Brasil nunca foram concebidas em função da agricultura familiar¹. No entanto, a agricultura familiar brasileira constitui um setor importante da produção e do mercado nacional de alimentos — como foi ilustrado recentemente pela pesquisa Fao-Incra² — e seu desenvolvimento ainda passa, essencialmente, pela emergência ou pela adaptação de instituições capazes de compensar as imperfeições do mercado e das políticas públicas. Este artigo analisa caminhos do desenvolvimento da agricultura familiar baseados na emergência de atores institucionais e de novos mecanismos de articulação entre ação coletiva e ação pública. Fundamenta-se na observação de diversas experiências dos processos vividos pela agricultura familiar no Nordeste semi-árido.

A primeira parte deste artigo apresenta o quadro da política agrícola nacional e regional nos anos 90 e sua evolução dualista durante o período de 1997 a 2002. Introduce a noção de multifuncionalidade da agricultura. A segunda parte identifica os principais atores institucionais do mundo rural, nas escalas local e microrregional, e evidencia as novas funções que passam a assumir seja em substituição à ação pública ou em articulação com ela. A terceira parte, por sua vez, analisa alguns descompassos marcantes entre as dinâmicas locais ou regionais — enraizadas na realidade dos sistemas agrários e dos territórios — e a aplicação das políticas públicas desenhadas em níveis estaduais e federal, particularmente durante o período de 1997 a 2002. O presente artigo enfatiza, por fim, a necessidade de valorização do caráter multifuncional da agricultura no semi-árido brasileiro, mediante dinâmicas específicas aos países do Sul. Mostra, também, que essas dinâmicas e estes atributos do meio rural nordestino podem ser objeto de políticas públicas diferentes daquelas implementadas nos USA e nos países europeus.

2. O NOVO CONTEXTO DA AGRICULTURA REGIONAL

Desde o início dos anos 90 e, sobretudo, depois da aplicação do plano Real em 1994, o caráter dualista da

política pública brasileira no setor agro-alimentar tornou-se ainda mais marcante. Por um lado, a política de desenvolvimento auto-centrado fundada numa estratégia industrial protecionista foi impositivamente substituída, no início dos anos 90 (governo Collor), por uma política liberal voluntarista que preconizava a integração da economia nacional aos espaços econômicos regionais (Mercosul) e internacionais (OMC), assim como a redução das tarifas alfandegárias e a desregulação da economia. Essa política não somente respondeu às incitações das instituições financeiras internacionais, mas foi além, com a adesão do Brasil à linha dos países liberais agro-exportadores do chamado *Grupo de Cairns* em 1995, e mais tarde à liderança do *Grupo dos 21*, na reunião de Cancun, em 2003 (Sabourin, 2003).

Por outro lado, firmou-se, também a partir de 1995, uma política de reconhecimento da especificidade da agricultura familiar, das suas componentes sociais, produtivas e ambientais com a implementação de um conjunto de medidas de apoio: crédito, infra-estrutura rural (PRONAF), acesso à terra (assentamentos) ou organização dos produtores (cooperativas, negociação com a CONTAG). Essas medidas se concretizaram no marco de programas nacionais em que houve espaço crescente para os atores privados e para as iniciativas locais, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, das organizações de produtores — propiciadas por programas como o Projeto Lumiar, de apoio às áreas de assentamento — e das cooperativas de técnicos.

Devido à extensão geográfica do Brasil, à sua população e ao seu mercado interno, tudo indica que essa convivência com a dualidade de políticas diferenciadas está predestinada a uma certa perenidade, constituindo talvez um novo modo de «governança». Porém, essa nova lógica de integração forte e complementar entre novos atores públicos e privados ainda é frágil, em primeiro lugar, por conta das assimetrias entre as categorias de atores e, em segundo, pela pressão rápida dos mecanismos associados, por um lado, à globalização da economia e do comércio e, por outro, à multiplicação e segmentação das políticas públicas para o meio rural (programas de incentivo à competitividade, mas também de luta contra a pobreza, de educação, de gênero, de previdência social, de meio ambiente, etc.).

¹ Ver Delgado, 1995; Romeiro et al., 2000.

² Cf. Romeiro et al., 2000.

3. A AGRICULTURA DO SEMI-ÁRIDO: ENTRE GLOBALIZAÇÃO E AUTONOMIA CAMPONESA

Desde a implantação da pecuária na época colonial e passando pelos sucessivos ciclos de cultivos comerciais (fumo, algodão, sisal, mamona, batatinha, etc.), a agricultura da região semi-árida sempre foi articulada com o mercado nacional e internacional. Hoje, as transformações cada vez mais rápidas, associadas ao processo de globalização, também repercutem em nível local. Expressam-se por um amplo movimento de liberalização, incentivando o fim da regulação dos preços e dos circuitos dos produtos agropecuários ligados aos progressos em matéria de circulação das informações, que são acompanhados pela concentração das empresas. As tentativas de estabelecer convênios internacionais para recuperar mecanismos mundiais de regulação dos mercados (GATT-OMC) ou do meio ambiente (tratados de Rio e de Kyoto) mal conseguiram se contrapor a essas tendências liberais. Além do mais, confirma-se o desengajamento do Estado de numerosas funções de apoio à produção agropecuária (regulação de preços, subsídios, crédito e extensão) e da responsabilidade pela privatização de serviços públicos como a pesquisa ou a extensão. Em outro plano, essas mudanças são concomitantes a processos de descentralização e de fortalecimento das competências e responsabilidades do poder municipal. Nem tudo é positivo: as vantagens da descentralização administrativa nem sempre estão associadas às devidas transferências de recursos federais e estaduais para o município. Por vezes, no Nordeste, a descentralização torna-se uma “prefeiturização” das funções públicas e dos serviços, gerando a dependência ao poder local.

A agricultura regional, já a mercê de mudanças climáticas intensas (secas mais freqüentes, desmatamentos, efeito El Niño, etc.), está sendo diretamente atingida por mecanismos macro-econômicos: desenvolvimento rápido de pólos de exportação (frutas irrigadas), crise do setor suco-alcooleiro, situações subseqüentes à crise que levou à quase extinção da atividade algodoeira na região. Paralelamente à uma valorização dos setores exportadores, observa-se o abandono e a marginalização das zonas mais carentes, como as antigas áreas de cultivo de algodão e as terras periféricas para o cultivo da cana de açúcar, com sérias conseqüências para as famílias dos trabalhadores dos pequenos engenhos ou das usinas falidas.

Neste contexto, não faltam vozes e argumentos, apoiados em estatísticas nacionais, para anunciar o fim da agri-

cultura familiar não irrigada no semi-árido (Gomes da Silva, 1999), a degradação inexorável da renda agrícola e a emergência de um novo rural brasileiro empreendedor, fundamentado no crescimento das rendas e das ocupações não agrícolas (op.cit.).

Em face desse panorama devastador, a situação da agricultura sertaneja deveria ser bem mais desoladora. Porém, no Semi-árido, a agricultura e a pecuária familiar resistem (Sabourin, 1999; Caron & Sabourin, 2001). Os fluxos migratórios para o sul ou para o litoral se estabilizaram ou até se inverteram (Camarano & Abramovay, 1998). Surgem também novas oportunidades em termos de valorização dos produtos, como a diversificação de novos mercados — nichos para produtos específicos, etc — (Vilela, 1999; Cerdan & Sautier, 1998). Sabemos que são oportunidades localizadas, pontuais e que, por isso, não oferecem alternativas para o conjunto dos produtores familiares.

Portanto, se a agricultura familiar resiste, é precisamente porque ela se vale de rendas familiares não agrícolas (Romeiro et al., 2000) que podem ser até reinvestidas na produção nos momentos de crise (Delgado & Cardoso, 2000; Duque & Costa, 2002). Resiste porque essa agricultura do Sertão não é só familiar, mas é, também, camponesa. Como os clássicos nos ensinaram (Chayanov, 1968; Mendras, 1978; Shanin, 1972; Ellis, 1979), a agricultura familiar camponesa não depende unicamente do mercado. Tonneau (1994), analisando os processos de construção da agricultura nordestina, mostra como a agricultura camponesa ocupou as margens ou os interstícios das grandes bacias agrícolas, zonas intermediárias ignoradas pela agricultura patronal ou de mercado. Ela conseguiu, assim, manter-se na base da auto-subsistência, do auto-financiamento e do acesso parcial a mercados locais e regionais específicos.

Por outra parte, e isto é também uma característica das sociedades camponesas, essa agricultura ainda é regulada por formas de reciprocidade (Margarido, 1974; Lanna, 1995) que não garantem somente uma solidariedade inter-familiar (Menezes, 1996), como mecanismos de ajuda mútua na produção e comercialização (bancos de comunitários de sementes, acesso coletivo a mercados de proximidade, etc.) e de acesso a recursos naturais (reservas de água, de pasto, de floresta, etc.) (Sabourin, 2000a). Obviamente, num mundo em mutação rápida, as formas de reciprocidade camponesa precisam ser atualizadas em função do novo contexto (Sabourin, 2000b). Isto é um dos papéis das novas organizações de produtores rurais: associações comunitárias, bancos de sementes, fundos rotati-

vos, grupos de agricultores-experimentadores, cooperativas de crédito, grupos de mulheres, pólos sindicais, fóruns de trabalhadores rurais, articulações entre atores diferenciados da sociedade civil, etc.

Concretamente, a administração descentralizada combinada com as dinâmicas camponesas de resistência tem provocado uma série de mutações produtivas e de recomposições institucionais em nível local e regional. De fato, as transformações dos atores institucionais do mundo rural são associadas ao exercício de novas funções ou a novas maneiras de assumir as “velhas” funções de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural. O reconhecimento destas “novas” funções de interesse público para o desenvolvimento rural, que estão além da mera função de produção de alimentos, corresponde também à idéia de multifuncionalidade da agricultura (Soares, 2000). Ora, além de evidenciar a existência dessas outras funções, que nem sempre são novas no caso da agricultura do Semi-árido brasileiro, é preciso verificar a importância dessa noção para os atores regionais.

4. INTERESSE DA NOÇÃO DE MULTIFUNCIONALIDADE

A atividade agropecuária não é apenas uma atividade produtora de bens mercantis. Produz, também, um certo número de “amenidades” (ou externalidades positivas) aproveitadas pelo conjunto da sociedade e, geralmente, não remuneradas pelo mercado: manutenção do tecido social rural, dos valores culturais e da identidade, manejo dos recursos naturais e das paisagens valorizadas pelo turismo. A manutenção destas externalidades positivas está ameaçada, em certas regiões, pela redução da atividade agropecuária e, sobretudo, do número de agricultores. Por isto, essas “amenidades” precisam ser remuneradas, seja pelo mercado, seja pela coletividade. Por outro lado, a agricultura, como qualquer atividade humana, pode gerar prejuízos a terceiros (chamados de externalidades negativas) assumidos, geralmente pela coletividade, como, por exemplo, a poluição do meio ambiente ou deficiências na qualidade dos produtos alimentares. Existe portanto uma necessidade cada vez mais forte em reduzir esses custos para a sociedade.

A idéia de multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais serve para caracterizar essa realidade da atividade agropecuária. Como lembram Ollivier *et al.* (2000),

essa noção recente não está ainda estabilizada na sua definição, na sua argumentação ou nas suas modalidades de aplicação, na medida em que suscita debates técnicos e, sobretudo, éticos, morais e econômicos (Laurent, 1999). De certo, essa noção de multifuncionalidade leva a questionar o lugar tradicionalmente dado à atividade agrária na sociedade e os modos de intervenção do Estado nessa atividade. No contexto da agricultura da Europa, a multifuncionalidade aparece como uma via de reorientação do modelo produtivista em crise, mediante a alocação de recursos públicos aos agricultores para remunerar as externalidades positivas. Trata-se de funções ambientais, como a preservação do meio ambiente, da biodiversidade, redução da erosão ou da poluição, funções sociais, como a preservação do tecido social rural, de valores culturais locais, ou ainda funções econômicas, como a diversificação dos produtos, o turismo rural, etc.

A proposta pode, de fato, trazer uma coerência e um caráter operacional aos conceitos de desenvolvimento sustentável (Mormont, 2000) ou de durabilidade da agricultura, já bastante desvirtuados (Landais, 1999; Cirad-Tera, 2000; FAO, 2000).

Nos países do Sul, essa proposta não é de aceitação tão fácil. O caráter multifuncional da agricultura, em si, não é contestado, em particular na África onde constitui uma evidência secular (Losch & Bonnal, 2000). Porém, a sua promoção por meio das políticas públicas de desenvolvimento rural é mais difícil de justificar. Por exemplo, na América Latina, até pouco tempo, a multifuncionalidade da agricultura era considerada como uma estratégia de sobrevivência de agricultores pluriativos ou de comunidades camponesas mais ou menos autônomas dos mercados (Sabourin, 1999; Cirad-Tera, 2000, Caron & Sabourin, 2001). Ultimamente, este debate levou a considerar a agricultura como um bem público (Bindraban *et al.*, 1999) ou, ainda, a contemplar a atividade agropecuária como um fato social total³, implicando as instituições e os grupos sociais na sua diversidade e por meio de múltiplas dimensões (econômicas, sociais, jurídicas, técnicas...). Porém, mesmo se a idéia seduz, quando se trata da aplicação ou da valorização do caráter plurifuncional da agricultura e dos espaços rurais nos países do Sul, coloca-se a questão do “como”: a partir de que fundamentos econômicos e de que bases sociais implementar tais propostas? Também, em se tratando da intervenção, com que categorias de atores e de atividades? Segundo quais modalidades concre-

³ O que se expressa também pelo interesse na retomada do texto de Mauss sobre a dádiva (Ver Mauss, 1924).

tas e negociáveis em termos de articulação entre a ação governamental, pública, a ação coletiva e a ação individual? (Hubert, 1997; Sabourin, 2000b; Sabourin *et al.*, 2000). Queremos apenas lembrar que as novas dinâmicas institucionais e os atributos específicos do meio rural nordestino podem ser objeto de políticas públicas, diferentes daquelas dos USA e dos países europeus, que são baseadas na alocação de recursos públicos às “outras” funções da agricultura, além da produção.

5. OS NOVOS ATORES DO DESENVOLVIMENTO RURAL

São de dois tipos as instituições que podem ser chamadas de *novos atores do desenvolvimento rural* no semi-árido nordestino. Uma primeira vertente é composta por entidades privadas de interesse coletivo ou comunitário. São, principalmente, organizações de produtores do tipo de associações comunitárias e de sindicatos de trabalhadores rurais, mas também entidades da sociedade civil, produtos de iniciativas de origem diversificada, como as ONG's, os fóruns regionais de desenvolvimento e as cooperativas de técnicos. A segunda vertente corresponde aos órgãos administrativos públicos locais e microrregionais, essencialmente, as Prefeituras Municipais e suas diversas secretarias, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e associações de municípios.

Esses dois tipos de instituições, de natureza diversa e atuando com meios diferentes, desempenham novas funções e papéis que emergiram das dinâmicas atuais (territoriais ou setoriais) do desenvolvimento rural brasileiro, funções antes assumidas parcialmente pelos órgãos do governo estadual ou federal. Em outras palavras, as transformações da agricultura e, em particular, da agricultura familiar, ainda permanecem estreitamente ligadas às mudanças organizacionais proporcionadas pelos próprios agricultores e pela evolução recente do “ambiente institucional” local ou regional (Sabourin *et al.*, 2000).

A categoria mais importante entre os novos atores do desenvolvimento rural aparece, também, como a mais diversificada e a mais frágil. Trata-se das organizações de produtores rurais: comunidades de agricultores familiares,

assentados da reforma agrária, criadores, pescadores, artesãos, posseiros, trabalhadores rurais sem terra, moradores, pequenas agroindústrias, etc... A lista é longa.

A diversidade dessas *Organizações de Produtores* (OP) depende do seu estatuto (sindicato, cooperativa ou associação), das funções assumidas (associações locais, setoriais, por produto, federações, cooperativas de serviços ou de produção), da escala de ação (comunidade, distrito, município, região), do modo de financiamento (autofinanciamento, privado, público, solidário) e das suas relações com os poderes públicos. Certas OP (sindicatos e cooperativas) têm uma representação local e nacional. É o caso dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais federados a nível estadual e via Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Além da estrutura legal, herdada da velha legislação sindical getulista, os sindicatos também se articulam entre si e com os movimentos sociais, como a FETAPE e o MST, em Pernambuco. No Brejo Paraibano, um grupo de sindicatos desenvolveu uma nova agenda e uma nova integração entre sindicatos, através do Pólo Sindical da Borborema.⁴ Saber em que medida a estrutura sindical burocratizada estaria propensa a ser reconstruída, por exemplo por meio dos pólos intersindicais ou da busca de parcerias, para a formulação de uma nova agenda, é uma questão cuja definição ainda pertence ao futuro.

Na verdade, a qualidade ou a eficiência das OP depende, em primeiro lugar, de sua autonomia, de sua representatividade e da capacidade de controle e de intervenção dos seus membros. A questão dos recursos é importante, mas, geralmente, o modo de funcionamento (confiança, democracia direta, solidariedade, controle social mútuo, relações externas) e a capacidade em gerar ou mobilizar competências, internas ou externas ao grupo, constituem os elementos mais determinantes do seu impacto.

Entre as instituições de apoio ao desenvolvimento rural, as Organizações Não Governamentais (ONG's) vêm ganhando, desde os anos 80, um espaço e um impacto crescentes. Após uma fase de negação das políticas do Estado e de procura de «tudo que era alternativo», no período final da ditadura militar, as ONG's passaram a colaborar de maneira crítica com os programas dos governos

⁴ O Pólo Sindical da Borborema teve grande impulso atuando como articulação sindical da CUT na região. Tornou-se o pólo sindical mais ativo do estado, a partir de sua dupla herança política: as ligas camponesas e a Igreja católica radical. Hoje, esse pólo sindical agrega 15 STR's de municípios do Agreste e do Brejo da Paraíba. Este modelo tem representado uma alternativa para as federações e sindicatos ainda presos à burocracia de processos de aposentadoria e a as políticas públicas alguns serviços assistenciais.

estaduais e federal (Almeida, 1998). Da mesma maneira, após uma fase de dependência de financiamentos internacionais, essas ONG's passaram a executar, por meio de contratos, licitações ou concursos, certos projetos financiados pelo Estado.

As ONG's têm se caracterizado por uma maior capacidade de escuta e de proximidade dos beneficiários, isto é, por métodos de intervenção cada vez mais "participativos" e adaptados à diversidade ecológica e sócio-econômica do meio rural brasileiro (*op.cit.*). O fato de intervir em situações micro-locais, ou pouco representativas, é hoje compensado pela sua capacidade de articulação por meio de redes temáticas, regionais e federações (Rede PTA, Ibase, FASE, Articulação do Semi-Árido da Paraíba, ASA Brasil, etc). Essa articulação via redes e comitês dá-se, também, com organizações de produtores, instituições de ciência e tecnologia, administrações ou agências internacionais. Com a implementação do projeto Lumiar pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o modelo das cooperativas de técnicos multiplicou-se no país, em particular, nas regiões Norte e Nordeste onde existe maior carência de recursos em pesquisa e desenvolvimento.

A descentralização administrativa originada pela Constituição de 1988 ofereceu, sem dúvida, novas possibilidades de ação no meio rural. É óbvio que o desengajamento do Estado de certas responsabilidades e funções nem sempre está associado à transferência dessas competências para os municípios e, ainda menos, dos recursos correspondentes. É evidente, também, que transferir recursos e novos poderes a prefeitos ligados à oligarquia local ou a administrações clientelistas ou corruptas, não representou um real progresso para grande parte dos municípios rurais. O elemento decisivo é que, de fato, constitucionalmente, as distâncias entre cidadãos usuários dos bens e serviços públicos e os poderes públicos que os administram, foram reduzidas, e que as possibilidades de controle social e político aumentaram.

Paralelamente à desestruturação das empresas públicas de pesquisa e extensão foram criadas secretarias municipais de agricultura, conselhos municipais agrários ou comissões mistas para tratar de problemas comuns. Em termos de educação rural, inclusive no Nordeste, a descentralização e a autonomia municipal contribuem, embora de maneira desigual e com deficiências, para a extensão da rede de ensino elementar. Em alguns casos, essa descentralização permite o funcionamento e o reconhecimento de escolas mais adaptadas ao meio rural: as casas

familiares agrícolas (Bonito, em Pernambuco; Pintadas e Curaçá, na Bahia; e Puxinanã, na Paraíba, por exemplo), as escolas familiares rurais ou centros de formação, beneficiando-se do regime experimental (Massaroca e Sobradinho, na Bahia). Finalmente, na evolução mais recente, a generalização dos CMDR, com a implementação do PRONAF, pode constituir o primeiro passo de uma política diferenciada de desenvolvimento territorial para a agricultura familiar (Abramovay, 1998). Apesar das dificuldades, qualquer negociação dos projetos e orçamentos locais, mesmo no marco de um conselho assimétrico, manipulado e sem verdadeiro poder de decisão e de execução, já cria um precedente, depois do qual será sempre mais difícil voltar atrás. Outra figura institucional nova no Nordeste são as associações de prefeitos (como a do Cariri da Paraíba) e os consórcios de municípios, como aquele do médio São Francisco, no Estado de Pernambuco, ou da região sisaleira de Valente na Bahia.

6. NOVAS FUNÇÕES E DINÂMICAS TERRITORIAIS LOCAIS

A evolução recente do ambiente institucional, marcada pelo desengajamento do Estado, foi particularmente desfavorável à agricultura familiar nordestina em termos de políticas públicas, crédito, capacitação e assistência técnica. Porém, mesmo nesse contexto, aparecem dois elementos propícios para a afirmação da produção familiar, associados a dinâmicas rurais territoriais. O primeiro — que não será tratado aqui — corresponde à inversão dos fluxos migratórios para as metrópoles do Sul do país, ao crescimento e à autonomia dos municípios e de cidades médias no interior do Sertão, constituindo novos pólos de desenvolvimento: Petrolina-Juazeiro, Vale do Açu, Barreiras (Abramovay, 1998; Wanderley, 1999). O segundo elemento consiste na valorização pelos agricultores familiares de atributos locais, ligados à especificidade do seu território. Pode ser por meio de saberes locais sobre as condições agro-ecológicas, ou de um "saber fazer" tradicional; a novidade estaria nas formas de inovação e de coordenação associadas a relações de proximidade, como as redes técnicas ou ligadas à comercialização, inseridas no tecido social regional. Corresponde, também, às novas e múltiplas funções da agricultura familiar pluriativa por meio das atividades rurais não exclusivamente agropecuárias (Graziano da Silva, 1999). Em termos de ação, essa dinâmica das instituições rurais emergentes remete para novas formas de tomadas de decisões, ligadas ao fortale-

cimento da capacidade de negociação e de ação coletiva dos agricultores: associações comunitárias, grupos de comercialização, centrais municipais de associações, CMDR. Escolhemos quatro funções, na maioria recentes, essenciais para entender o interesse e a importância do caráter territorial e, portanto, local e social, das transformações em curso: o acesso aos recursos naturais e seu manejo, o acesso a mercados específicos, o acesso a financiamentos e o manejo da inovação.

6.1. ACESSO (E MANEJO) DOS RECURSOS NATURAIS:

TERRA, ÁGUA, BIODIVERSIDADE

Não é por acaso que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) tornou-se, em poucos anos, o principal movimento social do país. O problema do acesso dos trabalhadores rurais à terra (e aos recursos naturais), apesar de não resolver a questão da sua exploração e valorização, constituiu o elemento primordial do cenário fundiário brasileiro, fundamentalmente injusto e anti-econômico. De fato, as classes conservadoras aproveitam-se habilmente do caráter, muitas vezes, dogmático de certas propostas do MST e da radicalização das reivindicações dos sem-terra. Conseguiu-se, assim, a “diabolização” do MST e da própria política de reforma agrária, ainda que defendida por alguns setores do governo.⁵ De fato, gastar recursos públicos para distribuir extensões de terras relativamente importantes, porém, pouco produtivas, pagas a preços superiores aos do mercado, não resolveu a questão da sua valorização e da renda das famílias assentadas.

O mesmo acontece no Nordeste semi-árido com o acesso à água (Duqué, 1995). Grandes açudes, grandes perímetros irrigados, Canal do Trabalhador, frentes de emergência ou transposição das águas do Rio São Francisco, constituem um mesmo cenário: usar a mão de obra popular e o dinheiro público para favorecer ou enriquecer uma minoria de privilegiados (*op. cit.*). É exatamente o oposto do enfoque do desenvolvimento territorial. Pois, onde existem organizações de produtores mobilizadas ou qualificadas, o cenário é diferente: os projetos e financiamentos públicos são, pouco a pouco, valorizados no interesse da população local e com melhor eficiência. Podemos citar exemplos de reforma agrária localizada e sustentável como a atribuição de títulos de propriedade coletiva dos *fundos de pasto* do

Sertão baiano a associações comunitárias (Sabourin *et al.*, 1997). Da mesma maneira, existem casos bem sucedidos de manejo local da água a exemplo do planejamento participativo de recursos hídricos realizado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Mirandiba-PE ou pelas organizações de produtores de Tauá-CE (Sabourin *et al.*, 1996). Finalmente, em matéria de manejo da biodiversidade das espécies regionais, os Bancos de Sementes Comunitários da Paraíba, além de ter resgatado e preservado mais de 15 variedades locais de feijão em via de desaparecimento e de resgatarem e distribuírem sementes das espécies arbóreas da caatinga em via de extinção, assinaram um convênio com a Secretaria de Agricultura do Estado para assumir a distribuição de sementes na região (Almeida & Cordeiro, 2000; Articulação do Semi-Árido, 1999).

6.2. ACESSO AOS MERCADOS

Uma das conseqüências da globalização, acelerada pelos processos de comunicação, é a segmentação dos mercados. Nas cidades brasileiras, como em outros países, numerosos consumidores continuam procurando produtos que a indústria alimentar e as redes de super-mercados não conseguiram suprir: os produtos típicos da agricultura familiar (ex. feijão verde, galinha de capoeira, tapioca), ou tradicionais de uma região específica (o arroz vermelho), ou orgânicos ou resultantes de culinárias locais (ditos “caseiros”). Trata-se, portanto, de valorizar um saber-fazer localizado, técnicas de produção e de processamento, condições agro-ecológicas específicas que geram esta diferenciação dos produtos biológicos (Cerdan *et al.*, 1997). Tais atributos e conhecimentos constituem, para a agricultura familiar brasileira, um verdadeiro capital social associado aos territórios. A valorização dos atributos dos produtos locais ou regionais depende da capacidade de coordenação (ou de organização) dos atores econômicos locais, a começar pelos produtores rurais.

Os exemplos de organização dos produtores para comercializar produtos específicos para nichos de mercado segmentados são cada vez mais numerosos e diversos. No Rio Grande do Norte, cooperativas de produção dos assentamentos vendem diretamente castanhas de caju para cooperativas de consumidores de produtos orgânicos da Suíça e Alemanha (Cerdan *et al.*, 1997). No

⁵ Os estudos recentes em assentamentos, coordenados pelo Prof. José de Souza Martins (2003), mostram bem como, apesar das dificuldades do executivo, os entraves reacionários para uma reforma agrária digna e eficiente são, geralmente, devidos aos poderes legislativos e judiciários.

Sertão de Sergipe, associações de pequenos produtores de leite assinaram acordos com a associação de fabricantes de queijo de coalho. No Nordeste, nascem as primeiras associações de produtores orgânicos. São vários os exemplos de “feiras do produtor”, ou de “feiras orgânicas”, por iniciativa de OP ou de entidades parceiras. Outras OP apostam no processamento dos seus produtos: mel, carne de caprinos ou suínos, leite ou frutas locais (Vilela, 1999).

Essas iniciativas crescem economicamente quando os poderes públicos locais contribuem para o encontro entre produtores, processadores, comerciantes e consumidores. Em Belo Horizonte e em Aracaju, entre outros casos, as secretarias municipais de agricultura têm organizado feiras, mercados e concursos para os produtos da agricultura familiar regional.

6.3. FINANCIAMENTO

Ao mesmo tempo em que era implementada a feliz iniciativa de um financiamento subsidiado específico para o agricultor familiar via PRONAF, ficou evidente que o programa de crédito sofreria uma limitação drástica, uma vez que seria administrado por bancos que não tinham nenhuma disposição e pouquíssimo interesse em financiar pequenos produtores. Organizações de produtores e prefeituras municipais, como em Poço Verde-SE, partiram para a criação de fundos de aval, capazes de oferecer garantias suficientes para agricultores pouco capitalizados, mas a dependência dos bancos continua forte (Abramovay & Veiga, 1998).

Vale salientar as inúmeras experiências de fundos rotativos e consórcios que, notadamente no Sertão nordestino, permitiram difundir com rapidez diversas inovações (cisternas, barragens subterrâneas, colméias, parcelas de palma forrageira, reservas de silagem, etc.) em quantidades superiores aos números alcançados pelos programas governamentais e, inclusive, com custos inferiores. A solução das cooperativas de créditos, experimentada nos Estados do Sul a partir da iniciativa pioneira da Cresol no Paraná (Lannoy, 1990) alcançou hoje o Sertão da Bahia, em particular nos municípios administrados pela oposição onde o governo mandou fechar a agência do Banco de Estado; assim, em Valente, Pintadas, Ipira, as cooperativas de crédito juntaram agricultores, artesãos, aposentados e comerciantes. Abramovay (2000) ressalta a eficiência dos estabelecimentos de micro-financiamento responsáveis (nos estados do Sul) pelo repasse de mais de 80% dos créditos do PRONAF, graças à redução dos

custos de transação e à mobilização de relações de proximidade (confiança, pressão social...).

6.4. ACESSO À INFORMAÇÃO E MANEJO DA INOVAÇÃO

Apesar da multiplicação das informações disponíveis no mundo das comunicações, a redução dos temas de trabalho e dos recursos dos centros públicos de pesquisa agropecuária levou os atores de base do desenvolvimento rural a uma situação de isolamento e de falta total de referências adaptadas. Tal situação pode ser verificada no caso dos agricultores familiares, especificamente nos assentamentos de reforma agrária. Vale dizer que ela não é muito diferente para os técnicos das secretarias de agricultura de muitos municípios, de cooperativas e, até, de escritórios locais das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

A produção de referências locais pertinentes depende, em parte, do acesso a fontes de informação tecnológica ou de material genético; e, mais ainda, da validação local ou da adaptação de processos, técnicas ou práticas às condições específicas de sistemas de produção localizados. Neste sentido, uma das iniciativas mais interessantes dos últimos anos é o apoio e monitoramento proporcionados por diversas ONG's e associações a grupos e redes de agricultores-experimentadores, como por exemplo, na Paraíba, a AS-PTA no Agreste (Sidersky & Silveira, 1998), ou o Patac no Cariri.

7. ALTERNATIVAS EM TERMOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O projeto do governo federal de reformulação da reforma agrária de 1999, «*o novo mundo rural*», disfarçava através de referências que privilegiam «*uma abordagem territorial mais que setorial*», o fim dos apoios específicos para os assentamentos em termos de crédito e de assistência técnica (INCRA, 1999). Os assentados foram assimilados aos outros segmentos da agricultura familiar, obrigados a competir em condições desfavoráveis para os escassos recursos do PRONAF e a auto-financiar sua assistência técnica. É um exemplo de abandono da abordagem territorial, que pressupõe a valorização localizada e diferenciada dos assentamentos; revela também a diluição do apoio público, direcionado primordialmente para uma política agrícola que, além de estritamente setorial, continua concentrando a maioria dos subsídios na agricultura patronal e empresarial idealizada, porque tida supostamente como efi-

ciente e exportadora⁶. O papel do governo federal, marcado pelo discurso pseudo-territorial foi reduzido ao apoio *aos ativos básicos*: o acesso a terra e à educação (INCRA, 1999)⁷.

Quanto ao financiamento para a agricultura familiar, vale dizer que enquanto projeto, o PRONAF foi inicialmente bem desenhado. Na prática, os sucessivos cortes orçamentários, a burocracia das estruturas federais e o filtro das instituições bancárias e políticas têm comprometido uma aplicação efetiva e decisiva dos recursos públicos a favor dos segmentos mais necessitados da agricultura familiar brasileira (Abramovay & Veiga, 1998). No Nordeste, os poucos projetos, *a priori*, pertinentes que conseguem passar os filtros bancários e políticos, terminam não sendo realmente aplicados em benefício deste segmento (Abramovay, 2000). Em 1996 e 1997, no norte de Minas Gerais, a Emater e a Secretaria de Agricultura somente selecionavam projetos de agricultura irrigada para o PRONAF. A facilidade para o banco, num contexto de crédito rural caro e raro, é privilegiar os agricultores mais dotados, por exemplo, grandes proprietários que conseguem um registro de agricultor familiar, como o verificamos num município da Paraíba.

O financiamento à agricultura familiar padece da sua falta de antecipação e de estigmas eleitoreiros, ao exemplo da luta contra a seca, porém anunciada, de 1998, cujas verbas somente foram liberadas nos últimos meses antes das eleições gerais e amplamente manipuladas pelas administrações estaduais e municipais. O tratamento da agricultura familiar está ainda globalmente restrito a ações de tipo social, como a previdência rural, a medidas emergências, como as frentes de trabalho e a distribuição de cestas básicas, ou a propostas assistencialistas, como o Projeto Comunidade Solidária. No Nordeste, os fluxos monetários das aposentadorias rurais reinvestidos na produção são bem maio-

res que os financiamentos públicos direcionados para o crédito rural ou os subsídios à produção familiar. No Estado do Ceará⁸, por exemplo, o reinvestimento produtivo de parte das aposentadorias constitui a primeira fonte de financiamento público da agricultura familiar (OLIVEIRA *et al.*, 1997). Delgado e Cardoso (2000), numa pesquisa do IPEA, estendem esta constatação ao conjunto do país.

No que diz respeito à pesquisa e à extensão agropecuária, para muitos dos sistemas de agricultura nordestina, familiar ou não, a prateleira de propostas da pesquisa agropecuária está vazia, particularmente em matéria de inovações, técnicas ou referências localmente validadas e adaptadas à diversidade de situações (Hocde, 1997). Isto se deve, em parte, às conseqüências da globalização das referências, da redução dos preços agrícolas nas zonas mais favorecidas e das novas repartições dos investimentos agropecuários. Uma conseqüência perversa é a concentração dos financiamentos em matéria de pesquisa numa espécie de fuga nas biotecnologias, consideradas *a priori*, como «limpas» (variedades transgênicas entre outras). Isto era de se esperar por parte das firmas agro-industriais produtoras de insumos (sementes, adubos, agro-tóxicos); infelizmente, é também o caso de certos centros estatais da pesquisa agropecuária.

Esta situação, associada à crise da extensão rural oficial, levou ao abandono do apoio a diversos sistemas de produção que, no entanto, ocupam vastas áreas agrícolas no mundo. É, por exemplo, o caso da agricultura de sequeiro no semi-árido nordestino, que padece hoje de referências e pesquisas em matéria de produção de grãos e de reconstrução da fertilidade, sob o pretexto de que os custos de produção de feijão e milho são menores no Sul do país. Por isso, a Embrapa Semiárido deixou de pesquisar sobre o feijão no Nordeste. No entanto, mesmo com a redução do custo de frete de grãos usando hidrovias, o milho e o feijão do Sul dificilmente competem em qualidade, diver-

⁶ Marinozzi e Correia (1999) mostram, ao contrário, quanto o segmento mais dinâmico da fruticultura irrigada do pólo Petrolina — Juazeiro, é precisamente o da agricultura familiar (13.000 ha e 400% de crescimento da área durante os últimos 10 anos) e não mais aquele das empresas (11.000 ha e só 50% de crescimento da área no mesmo período), apesar deste segundo segmento beneficiar-se da maior parte do apoio público, inclusive, no marco do Programa Brasil em Ação.

⁷ Redistribuição da terra, educação e capacitação profissional, antes de virar prioridades do «novo mundo rural», sempre foram compromissos constitucionais do Estado Federal. Além disto, são medidas que só proporcionam retornos a mais longo prazo. Portanto, ações específicas de valorização dos territórios rurais permanecem necessárias, tanto nos assentamentos como na agricultura familiar local.

⁸ O estudo realizado pela Embrapa Semi-árido em mais de 3000 propriedades de agricultores familiares de 5 estados do Nordeste mostra o uso dos recursos das aposentadorias na produção e até para o investimento produtivo em numerosas unidades. Os dados da pesquisa foram tratados para os Estados do Ceará, Bahia, e Rio Grande do Norte, e publicados no caso do Ceará (OLIVEIRA *et al.*, 1997).

cidade e preços com a produção regional nas cidades do interior do Nordeste e do Norte. No Agreste da Paraíba, a iniciativa dos grupos de *Agricultores-Experimentadores* (AE) apoiada pela As-pta a partir de 1996, poderia ter motivado o interesse da extensão local. Ao contrário, os escritórios locais da Emater-PB interpretaram a experiência como uma concorrência não autorizada a suas próprias funções. Depois de ter sido convidado por AE e sindicalistas para apresentar seus resultados no quadro de um dia de campo co-organizado com o centro Embrapa Algodão, um extensionista da Emater falou que o fato dos agricultores-experimentadores decidirem os temas de experimentação e a metodologia dos dias de campo representava, para ele, uma “ditadura dos produtores”. Em realidade, os AE e as instituições que os apóiam iniciaram mecanismos originais de transferência de processos de inovação, quando a Emater continuava apenas a transferir pacotes tecnológicos, muitas vezes mal adaptados à diversidade das condições locais.

No Nordeste, as sucessivas secas aliadas aos programas oficiais de distribuição de sementes têm provocado uma grande perda de reservas de sementes das variedades tradicionais, fazendo com que alguns tipos de feijões, milho, mandioca, etc. desapareçam. Em geral, os Estados oferecem poucas quantidades de uma ou duas variedades comerciais, gerando a substituição das variedades locais. Por exemplo, em 1999, o Governo do Estado da Paraíba ofereceu 30 toneladas de apenas uma variedade de feijão *macassa*: a EMEPA1 (*Cariri*), e o mesmo aconteceu com o feijão de arranque, sendo ofertadas 100 toneladas do carioca *pérola*. Estas variedades nunca tinham sido testadas pelos agricultores que receberam essa semente.

Uma corrente recente no debate sobre desenvolvimento internacional recolocou em debate a economia dos bens comuns e públicos. Vale a pena refletir se queremos uma sociedade em que a pesquisa agropecuária — e o ensino — deixem de ser bens públicos para serem apropriados por firmas privadas de agronegócio. Ao mesmo tempo, é válido refletir, também, acerca de que tipo de pesquisa agropecuária pública para a agricultura familiar a sociedade brasileira precisa.

8. ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÃO COLETIVA

É importante observar, no que diz respeito *aos novos atores do desenvolvimento*, que, de fato, entre o nível da

ação individual (o agricultor) e aquele da ação pública (políticas públicas, crédito, infra-estruturas, educação etc), o ambiente institucional inclui, cada vez mais, espaço para a ação coletiva, ou seja, para a organização dos atores do desenvolvimento local, incluindo os produtores familiares. Este nível é fundamental para articular negociações entre indivíduos e poderes públicos, constituindo redes e alianças capazes de mobilizar e de provocar uma resposta da ação pública, inclusive para a produção e difusão de inovações institucionais e técnicas adaptadas.

Na prática, a organização autônoma dos produtores passa por uma série de adaptações e atualização das formas de solidariedade familiar e de organização camponesa a um novo contexto institucional. Trata-se da integração de novos conhecimentos científicos pelos agricultores ou da adaptação do saber-fazer camponês — em matéria de produção e processamento, por exemplo — a novas exigências do mercado. Esses processos passam, não somente pela formação, mas por diversos mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, de integração de referências e representações comuns, por meio da prática e da experiência coletiva (*social learning*). Em realidade, mediante tais processos, os atores locais, indivíduos ou instituições, podem construir representações comuns, capazes de facilitar o diálogo e os reconhecimentos mútuos. Isto quer dizer elaborar novas bases para a coordenação. Esta adaptação se traduz em termos de inovação institucional, técnica e econômica e pode ser verificada na grande diversidade das formas de organização existentes e das funções que vêm assumindo. Podemos lembrar, aqui, alguns exemplos em matéria de apoio à produção familiar na região semi-árida.

8.1. ACESSO À ÁGUA E BIODIVERSIDADE

Quais as características das instituições e dos grupos que hoje passam a assumir novas funções em termos de acesso aos recursos naturais?

Primeiro, a abordagem é desenvolvida a partir dos atores locais e das bases organizadas, e não a partir dos recursos em si (terras, bens ou equipamentos) como no caso dos serviços públicos. Por exemplo, é a estratégia desenvolvida pelo MST para a terra, pelos pólos sindicais regionais (associação de STR's) para a agricultura familiar, ou pelas comunidades rurais para os bancos de sementes. Por via desses dispositivos coletivos, os agricultores familiares dão, assim, prioridade à relevância de seus projetos sócio-econômicos e ao acesso a recursos produtivos e não à propriedade da terra ou da água em si. Para que serve a terra

sem crédito e assistência técnica? Para que serve a água sem sementes ou sem sistemas de irrigação adaptados?

Segundo, desenvolvem-se sistemas de regulação a partir da ação coletiva: a produção é familiar, mas não impede o manejo coletivo de bens comuns. Exemplos: perímetros irrigados ou de reforma agrária, ou recursos coletivos como água dos açudes, fundos de pasto, reservas florestais ou extrativas de babaçu, caju, etc.

Terceiro, criam-se articulações globais: Por exemplo, para o tema da biodiversidade, os bancos de sementes do semi-árido da Paraíba reunidos no seio da “Articulação do Semi-Árido da Paraíba”, esta, por sua vez, federada à ASA-Brasil, mantém relações com outras entidades e se posicionam, em conjunto com as ONG’s e certas fundações, nos grandes convênios internacionais relativos à biodiversidade, ao patenteamento ou aos Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

Finalmente, estas instituições coletivas ou redes, procuram ser interlocutores do Estado e elaboram propostas em termos de políticas públicas. A ASA-PB ofereceu à Secretaria de Agricultura do Estado um programa alternativo de distribuição de sementes via bancos comunitários e o assumiu. As ONG’s e os sindicatos conseguiram impor novos modos de financiamentos das cisternas de placas para o programa “Comunidade Solidária” e para o “Avança Brasil”, na base de fundos rotativos e consórcios, incorporando capacitação de produtores como pedreiros de cisternas e treinamentos no manejo da água.

8.2. ACESSO AO FINANCIAMENTO

Devido aos limites e à redução progressiva dos recursos do PRONAF e do PROCERA (fim do PRONAF agro-indústria, extinção do PROCERA e logo do Lumiar), os agricultores e as suas organizações procuraram alternativas públicas (fundos de aval ou de garantia a nível municipal) ou privadas e coletivas (cooperativas de crédito), ou, ainda, alternativas de proximidade (fundos rotativos e consórcios). Apesar dos pequenos volumes de capital, essas iniciativas descentralizadas funcionam e se perenizam por dois motivos básicos:

- os custos de transação são reduzidos comparados com o repasse de verbas federais por meio das redes bancárias oficiais;
- a garantia do ressarcimento, assegurada pela pressão social do grupo, deixa espaço para uma certa flexibilidade: as relações de inter-conhecimento e de proximidade permitem a expressão da solidariedade local para famílias com dificuldades temporárias de reembolso.

Ao contrário do crédito oficial, tais sistemas mutualistas de financiamento limitam a diferenciação econômica acelerada entre vizinhos. Uma pista, ainda pouco explorada, consistiria em identificar, estudar e revalorizar as práticas camponesas tradicionais de reciprocidade e de solidariedade como as caixas comunitárias, a medalha do Santo, os fundos de solidariedade das irmandades ou dos jovens.

8.3. ACESSO A MERCADOS DIFERENCIADOS E ESPECÍFICOS

Não é preciso lembrar o interesse pelos atributos específicos da agricultura familiar para a valorização dos produtos em nichos de mercados segmentados. Mas é preciso lembrar que este tipo de alternativa é, por definição, limitado: pois, trata-se de mercados pequenos (nichos), segmentados e localizados, submetidos às leis drásticas da concorrência. São fundamentados em processos de exclusão e não de extensão e generalização de externalidades. Não podem, portanto, constituir uma solução geral. Para encontrar soluções não excludentes, é preciso diferenciar as relações comerciais de concorrência das relações de reciprocidade, ou seja, transações mercantis e transações não mercantis, de maneira a poder articular mercados capitalistas (intercâmbio) e mercados de reciprocidade. O que pressupõe, por exemplo, não aceitar o paradigma da agricultura produtivista e química, nem se limitar a produzir alimentos orgânicos mais caros e reservados a uma elite. Outros limites fortes existem em matéria de turismo rural ou verde: pois, muitas vezes, trata-se apenas da mercantilização, por pequenos empreendedores, do saber comum ou do patrimônio coletivo histórico de comunidades rurais ou indígenas, de povoados de camponeses ou de pescadores (todos vimos o litoral do Nordeste se transformar em pólos turísticos internacionais). Tais projetos turísticos podem ser associados a iniciativas privadas, mas deveriam passar pela legitimação coletiva da população local. Infelizmente, os Pataxós não foram consultados quando foi aumentada a área para construções em Porto Seguro; nem os Potiguares na Baía da Traição-PB, nem os pescadores de Pipa-RN ou da Praia do Forte (BA) foram avisados do que viria depois, quando suas terras ou suas casinhas foram compradas.

Mas no conjunto, as dinâmicas de valorização dos atributos e ativos locais têm produzido, em certos lugares, um efeito humano extremamente positivo: a reabilitação do saber e do saber-fazer localizado dos camponeses e artesões e o questionamento da universalidade da tecnologia e da ciência agrônoma acadêmica. Portanto, todas as ini-

ciativas que concorrem para fortalecer este saber ou para alimentar processos de aprendizagem coletiva como treinamentos, intercâmbios, feiras ou concursos, fóruns ou congressos de produtores, são positivas. Aliás, a aprendizagem coletiva consiste também em mecanismos de construção social e prática de representações comuns que facilitam a coordenação e a organização entre os atores e as instituições.

8.4. ACESSO À INFORMAÇÃO E MANEJO DA INOVAÇÃO

Já falamos das limitações dos serviços públicos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e das universidades em matéria de geração e adaptação de inovações e de referências técnicas adaptadas para a agricultura familiar e camponesa. De fato, faltam recursos para procurar reconstruir alternativas públicas nas escalas estaduais ou municipais, sobretudo no Nordeste. Mencionamos o interesse das alternativas coletivas promovidas pelas ONG's e pelas organizações de produtores, como os grupos de interesse, os grupos de agricultores-experimentadores, os bancos de sementes ou os consórcios e treinamentos para aquisição de cisternas familiares.

Essas iniciativas têm o mérito da autonomia, da praticidade e preenchem vazios e carências do Estado. Mas precisamente, por isso, seria anormal, injusto e perigoso, em longo prazo, deixar que o futuro da inovação para a agricultura camponesa, para a agricultura orgânica, para uma agricultura menos exigente em insumos químicos dependesse unicamente da sociedade civil, enquanto os recursos públicos federais, estaduais e privados das firmas estariam sendo todos concentrados na pesquisa direcionada principalmente para a agricultura química.

O principal interesse e avanço de dispor, hoje, de organizações de produtores familiares, qualificadas em termos de manejo da inovação agropecuária é, precisamente, a possibilidade de cobrar respostas e apoios dos serviços oficiais públicos de P & D, enquanto ainda existem, para formular propostas alternativas em matéria de seleção e conservação de material genético, de métodos de experimentação e validação em meio real, de métodos de treinamento e de avaliação. É, também, em que se situam o papel e a responsabilidade dos centros públicos de pesquisa e de ensino, em particular das universidades federais, que cumprem cada vez menos com seu compromisso de educação para o conjunto da sociedade, via ações de extensão ou de pesquisa e ensino descentralizado suscitadas a partir de demandas e de problemas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Custos de uma política social necessária. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 31/07/2000.

_____. *Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural: agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Convênio FIPE/IPEA, Brasília: IPEA, 1998, 15 p

ABRAMOVAY, R. & VEIGA, J.E. *Análise da inserção do PRONAF na política agrícola*. Convênio FIPE/IPEA, Brasília: IPEA, 1998, 74 p.

ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, 213 p.

ALMEIDA P. & CORDEIRO, A. *Sistema de seguridade da semente da paixão*. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2000, 120 p.

ARTICULAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. *Programa especial de fortalecimento e ampliação dos bancos de sementes comunitários da Paraíba*, Campina Grande, 1999, 25 p.

AS-PTA. *Trajatória do projeto Paraíba: 1993-1996*. Recife: As-pta, 1997, 33 p.

BINDRABAN, P.; GRIFFON, M.; JANSEN, H. *The Multifunctionality of Agriculture: recognition of agriculture as a public good or position against trade liberalisation*. unpublished paper, CIRAD Ecopol, Nogent sur Marne, France, 1999, 8 p.

CAMARANO, A. A. & ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil — Panorama dos últimos cinquenta anos». In: *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e pós-Graduação em Ciências Sociais*, In Caxambu: Anais ANPOCS, XI, 1998.

Raízes, Campina Grande, vol. 22, nº 01, p. 58-72, jan./jun. 2003

- CARON, P. & SABOURIN, E. *Paysans du Sertão*. Les mutations des agricultures familiales au Nordeste semi-aride. Cirad/Embrapa, Montpellier, Coleção Repères, 2001, 243 p.
- CERDAN, C. & SAUTIER, D. *Systèmes localisés de production de fromage au Nord-Est du Brésil: le cas de Gloria (Sergipe)* In: ATELIER DU PROJET SYAL: Réseaux locaux d'entreprises agro-alimentaires : règles d'action et critères d'évaluation dans les dynamiques territoriales, Montpellier, CIRAD-INRA-CNEARC, 1998.
- CERDAN, C.; GUIMARÃES, C. & SABOURIN, E. *Anais do I Encontro sobre agroindústria de pequeno porte no Nordeste*. Petrolina-PE: Embrapa-Cirad, 1997, 151 p.
- CHAYANOV, A.V. *The Theory of Peasant Economy*, Illinois: American Economic Association, 1966.
- CIRAD-SAR, *Systèmes agro-alimentaires localisés* (Organisations, innovations et développement local). Montpellier, França: Cirad-Sar, n° 134/96, 1996.
- CIRAD-Tera, *Les agricultures familiales face à un monde en mutation*. Synthèse de l'Atelier Amérique Latine, San José, Costa Rica, 1999, CIRAD Tera: Montpellier, 30 p.
- CNEARC, CIRAD, INRA, (ed), *Dynamiques techniques et identités territoriales: agneaux, fromages et vins dans le Lot*. CNEARC: Montpellier, 1998. 139 p. (Études et travaux/ CNEARC ; n°. 13)
- DELGADO, G. C. *Agricultura familiar e política agrícola no Brasil*. In: Ramos & Reydon (org.) *Agricultura e agroindústria no Brasil*, Campinas: Abra, 1995, 199-235.
- DELGADO, G.C.; CARDOSO Jr. J.C. Universalização de direitos sociais mínimos no Brasil: o caso da previdência rural nos anos 90. In: *Anais CD ROM do X Congresso Mundial de Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, agosto de 2000.
- DUQUÉ, G. Políticas hídricas: prevenção e assistência no semi-árido. *Raízes* 9, Campina Grande: UFPB/PRPG, 1995, p.147-155.
- DUQUE, G.; COSTA, M. G. da. Reforma agrária no Semi-Árido nordestino: que passos para a sustentabilidade? In DUQUE, G. (org.). *Agricultura familiar, meio ambiente e desenvolvimento*. Ensaios e pesquisas em Sociologia Rural. João Pessoa/Campina Grande: UFPB/UFCG, 2002, p. 121-140.
- ELLIS, Francis *Peasant Economics. Farm households and agrarian development*. Cambridge, Inglaterra : The Cambridge University Press, 1988, 309p.
- FAO, *Multiples fonctions de l'agriculture et des terres: l'analyse*. Maastricht, Pays-Bas, septembre 1999.
- GOMES DA SILVA, A. *Características e transformações no rural do Rio Grande do Norte*. (Relatório de Pesquisa). Natal, UFRN, Projeto Rururbano, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP/IE, 1999, Coleção Pesquisa 1, 151 p.
- HOCDE, H. «No quiero plata, quiero conocimientos» no equivocarse de planteamiento! San José, Costa Rica, IICA-PRIAG, Série estratégica, 22, 1997 , 55 p.
- HUBERT, B. *Appui à l'agriculture familiale: appuis institutionnels et initiatives locales*. Rapport de mission au Brésil, INRA-SAD, CIRAD-SAR, Montpellier, 1997, 8p.
- INCRA. *Novo mundo rural, projeto de reformulação da reforma agrária*. Brasília, INCRA, 1999, 28p.
- LANDAIS, E. *Agriculture durable et plurifonctionnalité de l'agriculture*. Fourrages, 160 pp 317-331, 1999.
- LANNA, M.P.D. A dívida divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro. Campinas: Unicamp, 1995, 49p.
- LANNOY, C. DE. Fundo rotativo: crédito alternativo no sudeste do Paraná. *Alternativas*, Rio de Janeiro, 1990, pp.18-22,
- LAURENT, C. *Activité agricole, Multifonctionnalité, Pluriactivité*. (Rapport rédigé pour le Ministère de l'Agriculture et de la Pêche dans le cadre du Comité d'Experts sur les Contrats Territoriaux d'Exploitation) (CTE) Ministère de l'Agriculture, Paris, 1999. 26p.
- LOSCH, B; BONNAL, P. (Coord.) *La multifonctionnalité de l'agriculture*. (Rapport du Groupe de Travail CI-

- RAD, Relance Stratégique). www/cirad/intranet:22/12/2000.
- MARGARIDO, A. Réciprocité paysanne au Brésil. In: Paris: *Annales* (6) 1338-1345. 1974.
- MARINOZZI, G.; CORREIA, R.C. Dinâmicas da Agricultura Irrigada em Juazeiro-BA e Petrolina-PE. In: *Congresso Sober*, 37, 1999, Foz de Iguaçu-PR, 10p.
- MARTINS, J de S. O sujeito da reforma agrária in *Travessias*. A vivência da reforma agrária nos assentamentos, (Martins, coord.), Porto Alegre: UFRGS, Nead. pp 11-51, 2003.
- MAUSS, M. "Essai sur le Don", In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF, [1924] 1950.
- MENDRAS, H. *Les sociétés paysannes*. Eléments pour une théorie de la paysannerie. Paris: Gallimard, Folio Histoire. Sociétés paysannes, Armand Colin, Paris, 1976, 281p.
- MENEZES; M. A. Relações de Solidariedade em comunidade de camponeses-trabalhadores migrantes in *Informação e Sociedade: Estudos* 6, 1996: 57-72.
- MORMONT, M. Scientific communication and sustainable rural development: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, Brasil, 2000, 19p.
- OLLIVIER, G.; STEYAERT, P.; GENDRET, C. Traduction locale d'un nouveau référentiel sur la multifonctionnalité de l'agriculture: Le cas de la Charente Maritime et de la Vendée. In: Séminaire «Premiers regards sur la multifonctionnalité au travers de la mise en place des CTE», 12-13 décembre 2000, Clermond Ferrand, France.
- OSTROM, V.; OSTROM, E. Public goods and public choices. In : *Alternatives for Delivering Public Service: Toward Improved Performance*, E.S. Savas (Ed.), Westview Press, Boulder, Colorado, 1978., pp. 7-49.
- ROMEIRO, A; SABATTO, A.; BUAINAIN, A. M.; BITTENCOURT, G.; GUANZIROLLI, C. Desenvolvimento Sustentável e Produção Familiar. In: *X Congresso Mundial de Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, 2000.
- SABOURIN, E. Family farming sustainability and regional economic integration in Brazil: between debate and reality. In: "Sustainable agriculture and Environment: Globalization and trade liberalisation" Dragun A.K. & Tisdell C. (dir.) Cheltenham, GB, Edward Elgar Editor, 1999, pp 229-245.
- _____. Peasant reciprocity practises in Brazilian Northeast rural communities and recognition of agriculture multifunctionality: in *X World Congress of Rural Sociology*, Rio de Janeiro, Brasil, IRSA, CD Rom, 30/julho – 5/agosto, 15p., 2000a.
- _____. Reciprocidad e intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) in: *Revista ibero-americana de Autogestión y Acción Comunal*, nº 35-36-37, Madrid, 2000b. 187-205.
- SABOURIN, E.; CARON, P.; SILVA, P.C.G., Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement* nº42, Montpellier, 1997. pp.5-27.
- SABOURIN, E.; MARINOZZI, G.; BAINVILLE, S., CERDAN, C. Mudança institucional e desenvolvimento da agricultura familiar brasileira: dois casos de coordenação dos produtores para o acesso à inovação e ao mercado. *Raízes*, 19: 101-110, 2000.
- SABOURIN, E.; SIDERSKY, P.; SILVEIRA, L. Smallholder Experimentation Groups: a challenge for innovation management in the Agreste region of Paraíba, (Brazil), in: *Proceedings — XVI International Symposium Farming System Association-IESA-IFSA*, Santiago, Chile, 2000. 10p.
- SABOURIN, E.; SILVA, P.C.G; CARON, P.; Inovação institucional, planejamento municipal e organização dos produtores no Nordeste brasileiro: análise comparativa de três experiências, in: *Agricultura Familiar*, v1, nº1, 1996, pp 99-120.
- SABOURIN E., TONNEAU J.P, CARON P, Seu Néné, leader paysan à Massaroca (Bahia, Brésil): une trajectoire nordestine. *Cahiers de l'APAD*, (11) : 102-107. 1996.
- SHANIN T. *The awkward class: political sociology of peasantry in a developing society: Russia: 1910-1915*. Oxford, Raízes, Campina Grande, vol. 22, nº 01, p. 58-72, jan./jun. 2003

The Clarendon Press, 1972.

SIDERSKY, P; SILVEIRA, L.M. *Experimentar com os agricultores*. A experiência da As-pta na Paraíba, Recife: As-pta, 1998, 15p.

SOARES, A. C. A multifuncionalidade da agricultura familiar, *Proposta* 87, pp 40-49, dezembro 2000/fevereiro 2001.

TEMPLE, D. *Le Marché de réciprocité*. In <http://perso.libertysurf.fr/dominique.temple> 1999.

TONNEAU J.P. *Modernisation des espaces ruraux et paysanneries*. Le cas du Nordeste du Brésil. thèse de doctorat de Géographie. Université Paris X — Nanterre, 1994, 289 p.

VILELA, S L de O. *Globalização e emergência de múltiplas ruralidades*; reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Tese de doutorado, Campinas: UNICAMP, 1999.

WANDERLEY, M.N.B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste: por um pacto social para o desenvolvimento rural. In: Seminário: *Planejamento e desenvolvimento Territorial*, Campina Grande: *Anais*: setembro de 1999, pp 4-12.

WANDERLEY, M. N. B. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga : in *Travessias*. Martins J de S (Coord.), A vivência da reforma agrária nos assentamentos, Porto Alegre, UFRGS, NEAD. pp 203-245, 2003.